

**Conflitos de Interesses na Produção do Espaço na
Área Costeira do Litoral Norte da Bahia**

Maria de Lourdes Costa Souza

Governo do Estado - Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), Salvador/BA.

mlcostasouza@hotmail.com

Guiomar Inez Germani

Professora do Posgeo/IGEO/UFBA, Salvador/BA. guiomar@ufba.br

Elizabeth Regina Loiola da Cruz Souza

Professora da Faculdade de Administração (UFBA), Salvador/BA. beloi@ufba.br

1 À quisa de introdução: Litoral, um espaço que se diferencia

O litoral, como recorte específico para estudo e como base para o tratamento de políticas públicas, é uma realidade, tendo em vista a tendência à maior ocupação desta área, gerada, dentre outros fatores, por diferentes interesses. Esses interesses se relacionam de forma intensa na produção do espaço, ora se complementando, ora concorrendo e oportunizando o surgimento de conflitos. O Brasil insere-se, historicamente, nesse processo de concentração produtiva e, conseqüentemente, populacional no litoral. “Pode-se dizer que todos os níveis da hierarquia urbana se fazem presentes na Zona Costeira do Brasil, desde vilas e bairros rurais até metrópoles multimilionárias” (MORAES, 2004, p.35).

Estudar o litoral brasileiro justifica-se como uma mediação geográfica, seja pelas características naturais, seja pelas características de ocupação e usos exclusivos que abriga (MORAES, 2004; LIMONAD, 2008). As diferenças entre os Estados, porém, são muitas e dizem respeito não só ao aspecto demográfico, mas também à grande diversidade de ecossistemas e ao desenvolvimento econômico, nível de renda e capacidade gerencial das administrações. Em um olhar mais detalhado, pode-se acrescentar a esses fatores, a diversidade sociocultural e o processo histórico da ocupação, que singularizam não só o litoral de cada estado, mas cada lugar de *per si*.

Sobre a capacidade gerencial e, mais ainda, sobre o planejamento e gestão pública dos espaços litorâneos, o Estado tem um papel preponderante, constituindo-se importante agente impactante da zona costeira (MORAES, 2004). Isto porque cabe ao Estado o principal mecanismo de valorização da natureza, ou seja, o ato de agregar ao

valor de uso, o valor de troca, através do planejamento e da gestão do uso e ocupação do solo, que são validados através da criação das Leis. Concordando com esse pensamento, Germani (1998) analisa que o cidadão tem uma visão fracionada do espaço, pois só concebe os lugares abarcados por sua vivência cotidiana. Por outro lado, o Estado tem uma visão integrada e articulada, pois age sobre todos os lugares e este conhecimento se transforma em uma arma a mais de dominação.

Apesar das desigualdades regionais e das diferenças de cada região e de cada lugar é possível a generalização dos conflitos mais comuns, para um entendimento amplo. Loiola (2001), citando a investigação feita por Calvente, relaciona alguns dos principais conflitos de interesse gerados pelo processo de desenvolvimento em comunidades litorâneas de São Paulo, e que podem ser generalizados, a princípio.

[...] transformação do agricultor/pescador em proletário ou pequeno comerciante (no melhor dos casos); transformação do valor de uso da terra em valor mercantil; violenta especulação imobiliária; perda da posse de terras pelos nativos; dificuldades de acesso ao mar (cercamento, muros, tentativas de privatização das praias, etc); dificuldade de trabalho para o local devido à sazonalidade do turismo (LOIOLA, 2001, p.73).

O litoral nordestino, por exemplo, com o agravamento da crise econômica brasileira, na década de 1980, passa a ter a atividade turística “[...] apontada pela classe política como alternativa econômica, com a capacidade de soerguer as economias deprimidas” (RODRIGUES, *apud* ANJOS, 2005, p.72).

O Nordeste começa a ser vendido como o Novo Caribe, o Novo Mediterrâneo, a Nova Flórida. As iniciativas isoladas dos governos estaduais resultam num significativo aumento dos fluxos, tanto da demanda interna, como da demanda externa. Começam a se tornar importantes os capitais estrangeiros injetados no setor, na forma de construção de hotéis e *resorts* (RODRIGUES *apud* ANJOS, 2005, p.68).

Conflitos e contradições são gerados com a intensificação dos empreendimentos turísticos no litoral nordestino, onde “Espaços tranquilos, de um tempo lento são transformados em espaços abstratos pasteurizados, imateriais. Espaços impessoais adequados para um consumo internacional indiferenciado” (LIMONAD, 2008, p.3).

Refere-se à desagregação do modo vida das comunidades, em um processo, de apropriação de terras antes usadas pelas populações tradicionais. “Passa-se do consumo nos lugares ao consumo dos lugares” (LEFEBVRE, 1969, *apud* LIMONAD, 2008, p.3).

Andrade (2004) ressalta a importância das relações entre interesses diversos para a compreensão da realidade: “Pode-se afirmar que todos os problemas sócioambientais

são formas de conflitos sociais entre interesses individuais e coletivos, envolvendo a relação natureza-sociedade” (ANDRADE, RIBEIRO, GÓES, VARGENS, 2004, p.100).

O litoral da Bahia não se diferencia desta lógica, cabendo destaque para o Litoral Norte, cujo processo de ocupação contém elementos significativos dessa realidade. A ocupação dessa faixa costeira, a partir da década de 1970, é marcada por intervenções de processos exógenos, empreendidos pelo governo e pelo capital, que provocam a valorização do espaço e fazem parte da dinâmica de integração ao processo internacional de renovação da acumulação capitalista.

São considerados ícones desse processo três atividades novas e externas à região, implantadas por diferentes empresas nacionais e internacionais, com o incentivo efetivo ou mesmo com o planejamento governamental, quais sejam: a imobiliária, através da ocupação da terra por parcelamentos para fins de segunda residência ou veraneio ou para especulação; a ocupação da terra para o reflorestamento homogêneo visando suprir demanda energética externa à região e produção de papéis e, finalmente, a ocupação da terra pelos interesses imobiliários articulados com os operadores do turismo, também vinculados, às forças hegemônicas interessadas na reprodução do capital.

Este artigo analisa como essas atividades, tidas no discurso e na ação governamental como possíveis “vetores de desenvolvimento”, se verificam na localidade de Massarandupió e seu entorno marcando intensamente a organização espacial, ratificando a afirmativa de Santos (1996, p.203) de que “Produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis”. As estruturas externas, portanto, introduzem ou planejam implantar novas funções (verticalidades) e, conseqüentemente, novas formas, segundo suas lógicas e interesses, e nesse processo de relações e conflitos com as estruturas e com as funções e formas preexistentes (horizontalidades) o meio de vida da população antiga e a natureza se transformam e o espaço se (re)produz (Souza, 2009).

2 A natureza e o povo do lugar

Massarandupió localiza-se na faixa costeira do Município de Entre Rios, na Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Norte da Bahia (Figura 1). Trata-se de uma localidade rústica quanto aos aspectos de paisagem, situada em uma área ecologicamente frágil pela presença de sistemas associados à Mata Atlântica, e socialmente vulnerável pela inexistência de estruturas sociais fortalecidas e competitivas diante dos novos processos econômicos que chegam à região, após a

inauguração da BA-099 na década de 1970, e intensificados com a construção do segundo trecho desta rodovia, “Linha Verde”.

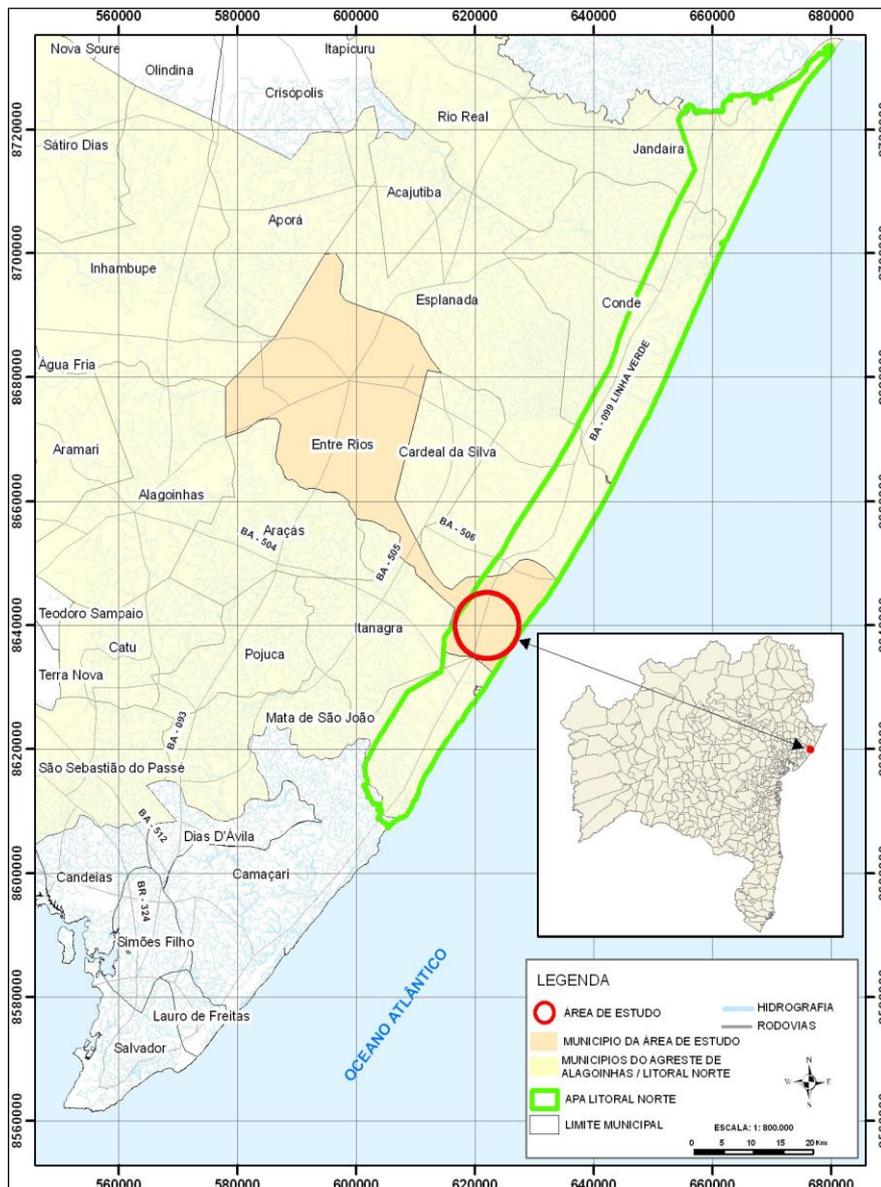


Figura 1 - Mapa de Situação da área de estudo

Fonte: IBGE 2005. Elaboração: Iran Sacramento

A Comunidade de Massarandupió conta com 565 habitantes, sendo 125 o número de famílias segundo a última contagem realizada pelo Agente Comunitário de Saúde e pela Associação dos Moradores e Amigos de Massarandupió (AMAM, *apud* SOUZA, 2009). O meio de vida dos moradores, ainda hoje, está baseado na agricultura familiar, pesca, cultivo do coco e artesanato, ampliando-se nas últimas décadas para o pequeno comércio inclusive em barracas de praia, e empregos na pecuária em propriedades particulares, nas fazendas reflorestadas e na construção civil. Relatório da AMAM descreve serem “[...] habitantes com hábitos e costumes dos antepassados. Nosso

povoado é muito carente, os nativos vivem da lavoura de subsistência, mandioca, aipim e pesca artesanal, as mulheres fazem o artesanato de palha” (AMAM, s/ data).

O entorno de Massarandupió é considerado predominantemente “natural”, composto por diversos ecossistemas bem conservados. O cordão duna é o segundo maior do Brasil em extensão (Figura 2) e, nesta área específica, possui caráter de preservação rigorosa por ser bolsão de desova de tartarugas marinhas (BAHIA, 1995). Apresenta glebas com alterações significativas, a exemplo das áreas reflorestadas e área desmatada pela terraplenagem para a implantação da fábrica da NORCEL (Figura 3).

Espaço “natural” é compreendido, não como natureza intocada a ser preservada (SMITH, 1988), e sim como parte integrante do espaço, portanto produto social, corroborando com a idéia de que “tudo que existe na terra é atualmente influenciado pela atividade humana” (LIPIETZ, 1995, *apud* LIMONAD, 2004, p.2). Conforme Limonad “[...] discursos sobre a natureza, [...] apesar de serem proposições ecológicas não deixam de ter um caráter social, político e geográfico – na medida em que conjugam interesses geograficamente localizados” (LIMONAD, 2004, p. 6).



Figura 2 - Sistema de Dunas e Restingas
Fonte: fotógrafo José Carlos Almeida, 2003



Figura 3 - Área da fábrica da Norcel
Fonte: fotógrafo José Carlos Almeida, 2003

Valorizada pelo capital, na medida em que é apropriada por diferentes grupos econômicos desde o período colonial, a área em questão mantém-se sem conflito aparente com a sua conservação “natural” e com a comunidade local até a década de 1970. A partir daí, diversos conflitos de interesses se manifestam entre grupos sociais externos que se apropriam das áreas mais cobiçadas, próximas ao mar, e grupos sociais internos que usam a terra para seu sustento e reprodução e são deslocados por novas funções e por ações regulatórias promovidas pelo Estado. Nessa união vertical, os vetores de modernização “[...] trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício” (SANTOS, 1996, p.228).

No entanto, como nem tudo é conforme, a resistência é crescente por parte dos interesses das estruturas internas (moradores antigos e suas organizações), que defendem a permanência de funções praticadas historicamente, como um direito.

3 Conflitos verificados: visão dos moradores

São analisados os diversos conflitos, ocasionados principalmente por estruturas comandadas por interesses externos à área (verticalidades) que marcam o processo de transformações e, se relacionando com os interesses internos (horizontalidades). Estes terminam por conferir novas funções, quase sempre desestruturando as anteriores, gerando, conseqüentemente, novas formas em substituição às antigas, que se manifestam na paisagem através das “rugosidades” materiais e imateriais que representam a resistência (SANTOS, 1978). “Nessa união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício [...]” (SANTOS, 1996, p.228).

A pesquisa que se analisa, contou com a aplicação de 33 formulários (26% do total de domicílios), através de amostragem por conveniência, sendo inquirido um morador por domicílio, sendo inquirido aquele presente no momento da visita do pesquisador. Deste total, 20 (60%) são mulheres e 13 (40%) são homens. A maior parte (67%) é de adultos, entre 30 e 60 anos, sendo 18% de jovens, com menos de 30 anos, e 15% de idosos, com mais de 60 anos. Os dois últimos grupos participaram das Oficinas específicas. Os pesquisados têm baixa escolaridade, 48% deles não completaram o primeiro grau ou ensino fundamental e destes 18% são analfabetos funcionais.

A população pesquisada é autóctone, sendo 78%, nascidos em Massarandupió e entorno, e somado aos que nasceram em outras localidades do Litoral Norte correspondem a 94% do total. Apenas 8% vêm de outras regiões baianas e nenhum veio de fora do Estado. Quanto aos meios de vida verifica-se que a maior parte pratica a pluriatividade, tal qual se observa nas demais povoações da área costeira do Litoral Norte. Muitos exercem atividades extrativistas, para produção própria de subsistência (roça, pesca) ou para comercialização (frutas, artesanato). Alguns trabalham para terceiros (diaristas de fazendas), outros em pequeno comércio e outros são empregados em instituições de ensino e funcionário público.

A maior parte dos moradores pesquisados participa das organizações sociais comunitárias locais sendo 43% associados apenas à AMAM, 15% à Associação das Artesãs de Massarandupió (ADAM) e 9% a ambas. A Comunidade se faz representar

em Órgãos Colegiados que envolvem outros interessados, como: Conselho Gestor APA, Comissão Território de Identidade, Coletivo Linha Verde e Conselhos Municipais.

Quando inquiridos sobre as atividades externas que contribuíram para a transformação da área no período estudado, os pesquisados respondem se essas provocaram mudanças positivas, negativas ou se foram indiferentes para a natureza e a vida das pessoas. Os resultados (ver Tabela 1), juntamente com os depoimentos entrevistados, permitem uma aproximação da visão dos moradores sobre as verticalidades e seus efeitos na produção do espaço.

Na década de 1970, a principal atividade externa que se implanta no Litoral Norte é a imobiliária, sendo aprovados diversos loteamentos ao longo de toda a costa. No litoral do município de Entre Rios esse processo foi ainda mais intenso. Na área específica deste estudo, a empresa Barreto de Araújo Empreendimentos Imobiliários passa a ter o título de toda a faixa litorânea e, embora não implante qualquer atividade produtiva, provoca o deslocamento da localidade de Entrada gerando uma insatisfação generalizada, como se verifica na reposta dos pesquisados. Analisando-se a Tabela 1, observa-se que nenhum morador pesquisado considera positivas as mudanças ocorridas com a “chegada da Barreto” e 79% consideram negativas. Seguem depoimentos.

- a Barreto tirou todo mundo do Arraiá que era uma beleza;
- só pagaram os coqueiros, não pela terra que era muito mais;
- comunidade ameaçada, expulsa, forçada a vender a terra;
- tirou o sossego da gente, se fosse hoje a gente não saía;
- queria tá morando lá até hoje, é o lugar onde eu nasci.

Tabela 1 - Opinião dos moradores pesquisados sobre as verticalidades, desde 1970

Posição	Barreto		Refflorest		Fábrica		BA-099		APA	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Negativo	26	79	22	67	17	51	00	0	00	0
Positivo	00	0	00	0	01	3	32*	97	12	36
Indiferente	02	6	08	21	11	33	00	0	04	12
NS/NR	05	15	03	12	04	12	01	3	17	51
Total	33	100	33	100	33	100	33	100	33	100

Fonte: (SOUZA, 2009 p.137)

(*) três pesquisados consideram positivo, porém com ressalvas

Os depoimentos dos moradores idosos na oficina realizada em maio de 2009, ratificam os resultados antes descritos.

- quando a Barreto tomou conta das terras o pessoal era tudo analfabeto, muitos nem tinha registro. Se fosse hoje eles não tomavam a terra, ninguém saía não. Nós já temos documento e conhecemos nossos direitos;
- a Firma tirou o sossego. No tempo de Entrada não precisava de outros trabalhos, vivia da roça e da pesca;

Seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos, a segunda atividade externa observada é o reflorestamento das terras ocupadas por Mata Atlântica e ecossistemas associados, ou por culturas exploradas pela comunidade, de forma comum, garantindo-lhe a sobrevivência. Na década de 1980, a plantação de pinus substitui a ocupação anterior, processo semelhante ao que ocorre em toda a costa do Litoral Norte. Mais uma vez, nenhum morador pesquisado se posiciona favoravelmente ao reflorestamento e 67% consideram que a atividade só trouxe mudanças negativas para a natureza e para a comunidade. No entanto, 21% são indiferentes e 12% não sabem ou não respondem à questão (ver Tabela 1). Os moradores idosos também dão seu depoimento:

- antes nós tínhamos a liberdade de botar roça onde queria. Tirava lenha, as mulheres que fumam cachimbo não têm mais a palha, acabou o mato todo ou então a gente não pode entrar;
- antes os moradores plantavam arroz, milho, cabaça. Hoje 80% das terras de Entre Rios são de pinus e eucalipto;
- a água secou toda com a plantação, até os poços.

No início da década de 1990, ainda é uma atividade relacionada ao aproveitamento da monocultura provocada pelo reflorestamento, qual seja, a tentativa de implantação de uma indústria de celulose, que se constitui em uma importante verticalidade no espaço, acompanhada de conflitos que extrapolam os interessados diretos na área de estudo. Mobiliza-se todo o Município e organizações de âmbito regional, estadual, seja de sindicatos trabalhadores, ONGs ambientalistas e pastorais da igreja, bem como a imprensa e o próprio governo que, diante do conflito e pressionado pela mobilização social, adota medidas que permitem o debate público das questões que envolvem a implantação da fábrica, com participação de diversos interessados.

A área em questão é diretamente envolvida, pois, se as funções pretendidas (reflorestamento, indústria) pelas novas estruturas (empresas reflorestadoras) e pelo governo geram um processo que atinge toda a região, é em Massarandupió que as formas se alteram, através do desmatamento e terraplanagem de uma extensa gleba onde seria implantada a fábrica e provoca, mais uma vez, o deslocamento dos moradores.

Os pesquisados se manifestam majoritariamente (51%) considerando a atividade negativa para a comunidade e para a natureza. Apenas um morador respondeu que a fábrica seria uma atividade positiva, devido aos empregos que anunciava gerar; 33% consideram indiferente, demonstrando desconhecimento quanto às discussões e, muitas vezes, observa-se uma aversão a tratar do tema, uma expressão de dúvida o que pode ser explicado pelo acirrado processo que ocorreu. Os depoimentos dos moradores são esclarecedores e por isso estão relacionados a seguir.

- foi bom na hora do trabalho, agora tá ruim;
- destruiu a Mata e o morro que era uma referência, se via do mar;
- todo mundo sempre foi contra. Ia poluir a maré, acabar a pescaria;
- rolou trabalho. Se implantasse ia ter emprego.

Os idosos também se manifestam sobre as ações para implantação da fábrica, declarando que “Todo mundo foi contra. O esgoto ia para dentro da maré e o peixe ia acabar. Fizemos um abaixo assinado e um movimento”.

Outra ação regional promovida pelo Estado, no início da década de 1990, teve forte influência na vida das comunidades, desestruturando e reorganizando a produção tradicional, com novos fluxos de circulação e informação viabilizados pela abertura da Linha Verde, que marcam a produção do espaço em toda a sua complexidade. No entanto os moradores sentem-se beneficiados, sendo que 87% consideram que a estrada foi positiva para a comunidade, cumprindo seu papel de articulação entre os lugares, garantindo o acesso a outras localidades do Município e a outros municípios, inclusive a Salvador; 10% fizeram ressalvas, considerando que há pontos positivos, mas também negativos. Apenas um entrevistado mostrou indiferença quanto à implantação da estrada e nenhum se posicionou considerando negativa (ver Tabela 1). Seguem os depoimentos:

- antes eram dois dias a pé, para Salvador, Entre Rios, Alagoinhas;
- pode ir onde quiser; facilitou a vida; abriu caminho para o povoado;
- aumentou o movimento e a venda de frutas e artesanato o turismo;
- vem pessoas de todo tipo.

No ano de 1992, além da inauguração da BA-099 (Linha Verde) ocorre a criação a APA do Litoral Norte, por iniciativa do Governo do Estado. As Comunidades das povoações, muitas delas isoladas, vivem uma vida simples e viabilizada pelo estreito contato com a natureza de onde retiram diretamente sua sobrevivência, como é o caso de Massarandupió. Nem poderiam imaginar as transformações que acontecem e o quanto as terras e as águas por onde andam, produzem, se relacionam e reproduzem, eram já cobiçadas e regulamentadas, valorizadas e apropriadas, de forma nem sempre legítima, para a reprodução, não mais dos seus meios de vida, mas do capital de terceiros e estrangeiros vindos de outras terras e de outros mares.

Quase vinte anos depois de criada a APA, os moradores pouco conhecem sobre o assunto, o que leva a crer que os esforços realizados para a sua divulgação ficam aquém do necessário. Dos pesquisados, 51% não respondem ou não sabem sobre a existência da APA. No entanto, nenhum considera que a ação trouxe efeitos negativos para os moradores e para a natureza (ver Tabela 1). Os depoimentos relacionados a seguir buscam esclarecer os “porquês”.

- preserva a água; protege o ambiente; aumentou a consciência;
- projeto que pode ajudar; aumentou o respeito à natureza;
- bom porque se tem onde reclamar;
- positivo, mas não se cumprem as Leis. Precisa maior atuação local.

O conflito mais recente registrado na área de estudo diz respeito ao cerceamento do acesso, inicialmente pela empresa PACAB Brasil que, no ano de 2002, arremata as terras em leilão público. A empresa cerca a área que compreende ser de sua propriedade e causa o estreitamento da estrada, única via de acesso da localidade à praia e a outros espaços utilizados há mais de três décadas pelos moradores. A PACAB passa a ser representada pela Entre Rios *Villas e Resorts*, empresa portuguesa e, em 2005 os conflitos continuam, cercando-se, o brejo e a duna. A Comunidade amplia o movimento e derruba os obstáculos para defender seu direito ao livre acesso (ver Figuras 5 e 6).



Figura 5 – Cerca impedindo acesso
Fonte: acervo AMAM 2005



Figura 6 – Movimento dos moradores
Fonte: acervo AMAM 2005

Assim como no caso da Barreto de Araújo, empresa imobiliária que, na década de 1970, provocou o deslocamento da comunidade de Entrada, esta outra empresa tenta garantir a posse dessa mesma área à revelia dos posseiros, considerados por muitos, como sendo os verdadeiros donos. Dos pesquisados, 60% declaram ter participado diretamente de todo o processo e 40% não (ver Tabela 1). Os depoimentos se repetem, o movimento era pra “liberar o acesso, a estrada”, “derrubar as cercas da PACAB”.

Os idosos participam da mobilização, e um deles declara que “quando saiu a Barreto de Araújo e chegou essa tal de PACAB, falavam que iam derrubar as casas e proibir de pegar a palha”. Seguem alguns dos depoimentos:

- queriam fechar a estrada, o acesso à praia, mas nós não deixamos. Derrubamos as cercas e liberamos;
- a comunidade toda participou, graças a Deus. Primeiro botaram uma porteira e nós derrubamos. A imprensa veio. Quando ia, ia o grupo todo;
- desde o tempo da Barreto [de Araújo] botavam mourões para dificultar o acesso e a gente já lutava;
- a firma da praia me deu um prejuízo danado. Tirou a roça de mandioca que eu botei, dizendo que as terras eram deles.

Observa-se que o movimento envolve a maior parte dos moradores, que conseguem divulgar o conflito nos jornais de âmbito estadual e sentem-se vitoriosos por conquistarem, na justiça, a garantia da estrada e do acesso aos lugares. Conseguem tornar a estrada um bem de utilidade pública, o que institui um direito legítimo. No entanto, os diretores da AMAM entrevistados acham que ainda podem ter problemas relativos ao cerceamento do acesso, pois não conhecem os projetos dos empresários que pretendem investir nas terras, embora o grupo espanhol Matutes – vinculado ao grupo *Fiesta* –, tenha declarado que pretende implantar projeto turístico/imobiliário.

3.1 O Futuro que se deseja

Os pesquisados foram estimulados a falarem sobre o motivo pelo qual vivem lá e o que é mais significativo para eles. Os mais idosos valorizam o estilo de vida.

- em primeiro lugar meu amor por aqui onde eu nasci e me criei. A praia dá o alimento pra nós do lugar; a pescaria é o mais importante pra mim;
- minha família. A praia; o lugar é gostoso de viver, é sossegado;
- a paisagem, a paz a tranquilidade. Por enquanto não tem violência ainda.

Para os jovens, os elementos da natureza são os mais citados, embora a tranquilidade do lugar tenha sido enfatizada. Comparam Massarandupió com povoados próximos que vivenciam violência e “desordem”, drogas e falta de oportunidade para os jovens, apesar dos investimentos no turismo. Sobre o que pensam e o que desejam para o futuro daquele espaço, embora existam diferenças e mesmo conflitos de interesses, há uma identidade¹ quanto às questões mais essenciais o que se verifica a partir da síntese dos depoimentos, tanto quando da aplicação dos formulários, quanto nas Oficinas de trabalho realizadas. Manter a tranquilidade e a paz do lugar com maior movimento, crescer, mas continuar com o sossego está presente na fala de todos os que opinam.

- manter o estilo de vida; o lugar é gostoso de viver, é tranquilo;
- desenvolvimento sem perder a tranquilidade, incluindo as pessoas;
- progredir sem virar cidade. Turismo comunitário;
- que não acabe o sossego e a tranquilidade, a essência.

Sobre os meios de vida e as atividades produtivas que garantem o sustento das famílias, o desejo é de fortalecimento e expansão do artesanato; melhoraria da pesca com embarcações e cooperação; resgate da cultura e do samba de roda. Os jovens

¹ “[...] patrimônio herdado do passado, porém, sobretudo, uma organização social na busca do desenvolvimento” (DEMATTEIS *apud* SAQUET, 2007, p.153). “[...] além de pertencimento a um certo lugar, o resultado do processo [...] com elementos de continuidade estabilidade, unidade e diferencialidade. A identidade é um estímulo à ação coletiva [...]” (GOVERNA e DENSIERO, 2003 *apud* SAQUET, 2007, p.152).

mostram desencanto quanto à possibilidade das atividades tradicionais se afirmarem, mas também registram insatisfação com os trabalhos que vêm ocorrendo com o turismo.

- capacitação. Hoje só treinam para camareira, limpeza e outros serviços;
- poucos se envolvem com as atividades tradicionais. Antes a gente fazia roça, ia para a casa de farinha com os pais, hoje ninguém quer mais. Não tem mais onde plantar, não tem mais terra;
- a pescaria a gente queria, mas não dá rendimento;
- o artesanato é que se desenvolveu, mas as mulheres que fazem.

Tão recorrente quanto ao desejo de manter a tranquilidade do lugar, está o de melhoria da infra-estrutura e dos espaços públicos, o que demonstra a necessidade de maior atenção do poder público. Demandam: saúde; saneamento; educação ampliada; estrada pavimentada; melhoria das praças; água encanada; casas populares e que “o governo olhe mais”. Sobre o meio ambiente os depoimentos foram relativos à conservação das dunas e da piaçava. Alguns se referiram à expectativa com a criação do parque ecológico e da reserva extrativista, propostos pela AMAM, tramite no governo.

A segurança na terra é outra questão, que aparece em vários depoimentos e nas Oficinas de trabalho como questão fundamental. Um morador declara que o mais importante é “libertar cada quem com suas áreas”, o que evidencia a insatisfação com os conflitos fundiários verificados, principalmente nas décadas de 1970 e de 2000.

4 Considerações Finais

A pesquisa demonstra que a ocupação da área de estudo se processou vinculada e subordinada a interesses externos, através de estratégias articuladas entre os interesses privados e os do Estado, inserida na totalidade da região costeira do Litoral Norte da Bahia e na problemática da ocupação do litoral brasileiro.

É na década de 1970 que as dinâmicas verticais (estruturas externas) passam interferir mais significativamente na transformação dos subespaços e são estas que provocam rupturas e reorganização das dinâmicas horizontais (estruturas internas), a partir das novas formas e funções que se agregam ao processo de produção do espaço na área de estudo. Diversos conflitos são observados e analisados. Destacam-se a seguir, os mais recorrentes e que têm uma maior abrangência na produção do espaço geográfico.

- Década de 1970: deslocamento forçado da Comunidade que ocupa a beira mar denominada Entrada, área mais cobiçada e valorizada pelo capital imobiliário (interesses especulativos). Pequenos proprietários e posseiros são obrigadas a

morarem distante dos “instrumentos de produção” ou mesmo perdem o acesso a eles. Essa dinâmica conta com o aval do governo, que conduz o leilão das terras litorâneas.

- Década de 1980: desestruturação do modo de vida tradicional e da identidade cultural, provocada pela atividade agroindustrial vinculada às indústrias do centro-sul do país e multinacionais, que se implantam na área. Outra vez, pequenos e médios proprietários, além de posseiros, são induzidos a venderem suas terras ou as tem subtraídas por firmas reflorestadoras. Tornam-se empregados destas, trabalho que absorve pouca mão-de-obra e por muito pouco tempo. Esse processo de ruptura conta, também, com o aval do Governo, através de incentivos fiscais para o reflorestamento.
- Década de 1990: perda de biodiversidade dos ecossistemas e degradação da paisagem, com a retirada da vegetação nativa para o reflorestamento e terraplenagem visando à implantação de fábrica de celulose. Além da comunidade de artesãs ficar prejudicada com dificuldade de acesso à piaçava (matéria-prima) ocorre a redução do potencial hídrico para o abastecimento da localidade e para a manutenção dos rios, lagos e áreas úmidas, que compõem a natureza do lugar. Assim, espécies animais migram, a vegetação, diversa e abundante, é inteiramente suprimida, transformando a paisagem em uma monótona seqüência de árvores iguais e exóticas.
- Entre os anos de 2002 e 2006: cerceamento do livre acesso aos ambientes naturais por firmas nacionais e internacionais que adquirem áreas em Massarandupió e tentam cercá-las impedindo a circulação, tentando fechar a via de servidão de acesso à praia, utilizada pelos moradores e visitantes.

As dinâmicas horizontais se manifestam a partir das ações e reações a esses processos por parte da sociedade local, em defesa dos seus interesses, conforme prevê Santos (1996). Porém muito pouco é o poder de influência da Comunidade, embora existam diversos Fóruns instituídos para ampliar a participação. Mesmo fazendo parte da problemática em sua totalidade, neste subespaço as dinâmicas ganham “cores” diferentes, a partir da história socioeconômica, cultural, institucional e de resistência, além da particularidade dos elementos da natureza aí encontrados. Por isso considera-se importante a observação da visão dos moradores.

Fica comprovado que Massarandupió não é uma comunidade em extinção, ao contrário do que muitos acreditam e afirmam. Os diversos depoimentos, verificados na pesquisa de campo, demonstram a presença de uma identidade desse povo com sua cultura e com seu modo de vida. Verifica-se que a Comunidade tem uma forte expectativa por melhorar as condições em que vive, quando se refere às demandas

básicas como: garantia da posse da terra onde vivem e fim das ameaças constantes de expropriação e cerceamento da livre circulação; infra-estrutura e renda a partir do resgate da pesca, fortalecimento da produção do artesanato e da agricultura familiar.

Desejam, também, especialmente os mais jovens, trabalho nos empreendimentos turísticos implantados em áreas próximas, cuja inclusão social, a partir de empregos para a população da região, é o argumento mais utilizado, e que justifica (segundo os empresários e setores governamentais) qualquer outro impacto negativo que se possa elencar. Os jovens relatam que os empregos são poucos e mal remunerados, declaram que querem desenvolvimento, mas não querem perder a tranquilidade, a paz, a vida em comunidade. Acredita-se, portanto, na possibilidade da produção do espaço de forma diferenciada, conservando e potencializando as particularidades de cada lugar.

Compreende-se que, no processo de globalização em uma economia de mercado, propostas que valorizem a hegemonia das lógicas horizontais, parecem contraditórias. Trata-se, portanto, de uma ruptura com o processo histórico vivenciado, onde as dinâmicas verticais têm dominado e transformado os espaços em mercadorias imobiliárias. Não se pode negar essa realidade regional ou deixar de se relacionar com ela, porém, diversas experiências em que as comunidades são protagonistas principais e influentes do seu desenvolvimento, têm sido vivenciadas em localidades brasileiras e favorecem os laços de solidariedade e cooperativismo, promovendo fortalecimento da auto-estima da comunidade, melhoria de qualidade de vida, inclusão social.

Apesar da grande incerteza quanto ao futuro, avalia-se como relevante o fato da Comunidade ter ampliado sua mobilização e organização para defender seus interesses. Isso que fica evidenciado na fundação da AMAM e da ADAM; nas mobilizações ocorridas contra a implantação da fábrica de celulose e para a defesa do livre acesso aos ambientes naturais; no ato da AMAM recorrer ao poder judiciário para garantir este direito e ao Governo Federal para a criação de Reserva Natural.

Esses fatos, que ilustram o processo de resistência à exclusão, apontam para a possibilidade de transformações no modelo de produção do espaço, no sentido do protagonismo, se não da hegemonia, das horizontalidades, em processos construídos por suas próprias estruturas, onde as formas e funções resultantes contribuam para a afirmação e reconstrução das identidades historicamente construídas.

Finalmente, com funções e formas exóticas, a serviço de interesses de estruturas externas de capitais multinacionais, apoiadas e atraídas pelo poder público, o processo de produção do espaço segue seu curso, na faixa costeira do Litoral Norte da Bahia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Célio S.; RIBEIRO, Maria Teresa F.; GÓES, Maria de Fátima B. e VARGENS, Emiliana da C. Regulação de conflitos socioambientais: efluentes do complexo Costa de Sauípe-BA. *In: E&G Economia e Gestão*, Belo Horizonte, v.4, n.8, p.98-120, 2004. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br>, acesso em 23 abr. 2009.

ANJOS, Kainara Lira dos. **Turismo em Cidades Litorâneas e Seus Impactos Ambientais Urbanos: O Caso De Porto De Galinhas**. 2005. 222f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife/PE.

BAHIA. Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia. Companhia de Desenvolvimento Urbano. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia (APA LN)**. Salvador, 1995. Não publicado.

GERMANI, Guiomar. A Geografia da Reforma Agrária. *In: Encontro de Técnicos de Cooperativas e Associações do MST*. Salvador, 1998 (mimeo).

LIMONAD, Ester. "Você já foi à Bahia, NÊGA? Não! então vá! antes que acabe..." Planejamento, urbanização e turismo no litoral do Nordeste brasileiro tendências e perspectivas. *In: X COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA*. UNIVERSIDAD DE BARCELONA. **Anais**. Barcelona/Espanha, maio/2008.

_____. Questões ambientais contemporâneas, uma contribuição ao debate. *IN: II ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E EM ORDENAMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)*. Rio de Janeiro/RJ, 2004. **Anais eletrônicos...** Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/.pdf. Acesso em: 01 jun. 2009.

LOIOLA, Elizabeth. Turismo e Desenvolvimento. *In: Bahia Análise e Dados. Cultura Turismo e Entretenimento*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia Salvador, v.1, n.2, p. 56-80, set. 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Classificação das Praias Brasileiras por níveis de ocupação. *In: BRASIL. Projeto Orla - Subsídios para um Projeto de Gestão*. v.3. p. 33-64. Brasília: Ministério do Meio Ambiente - Governo Federal, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4a ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Maria de Lourdes Costa. **Interesses na produção do espaço no Litoral Norte da Bahia: Massarandupió e seu entorno**. 2009. 160f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências). Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador Bahia.